

CLITICIZAÇÃO E TEMPO NO PORTUGUÊS EUROPEU*

ALAIN ROUVERET
(Université de Paris - VIII)
(Tradução de Carlos Míoto)

Sabe-se que, no domínio românico, o lugar de realização dos pronomes clíticos varia de acordo com duas dimensões: no interior de uma língua dada, em função do tipo de proposição à qual ele pertence, e de uma língua para outra, para um tipo proposicional dado. No francês, o clítico é pós-verbal nas estruturas imperativas e pré-verbal em todos os outros contextos. No italiano e no espanhol, ele segue o verbo nas construções infinitivas, gerundivas e imperativas; ele o precede nas proposições finitas. O primeiro objetivo deste estudo é propor uma análise coerente da cliticização no português europeu, buscando localizar o ou os parâmetros de variação implicados.

Mas não se pode tratar da repartição entre ênclise e próclise em português e nas outras línguas românicas sem levantar questões mais abrangentes que envolvem o funcionamento geral da gramática, em particular, a seguinte: é possível construir uma análise puramente "geométrica" da cliticização ou é necessário fazer intervirem outras dimensões? Construir uma teoria **geométrica** da cliticização é supor que a diferença entre ênclise e próclise provém, exclusiva e diretamente, das relações de ordem linear e de dominância hierárquica que as categorias gramaticais mantêm entre si, sem dar atenção às propriedades lexicais dos elementos contidos nestas categorias. Neste tipo de abordagem, os clíticos são inseridos em (deslocados para) uma posição indicada na arborescência (-V ou -I] ou [I- ou -[I ou -[I,...) e a ordem mútua dos clíticos e do verbo deriva da posição do verbo na estrutura S. Conforme o núcleo verbal conserva sua posição original ou é realizado em I ou à esquerda de I, o clítico aparece à sua esquerda ou à sua direita. Em uma segunda abordagem, que pode ser

NT. De acordo com o texto original, são mantidas as abreviaturas e os nomes dos princípios em inglês, na tradução.

chamada de teoria **algébrica** da cliticização¹, a dimensão pertinente é constituída, não pela própria estrutura configuracional, mas pelas relações de dependência lexical que são projetadas sobre a estrutura configuracional. Esta teoria supõe, em particular, que a oposição entre ênclise e próclise pode estar ligada não (exclusivamente) a uma diferença nas relações geométricas entre categorias, mas a uma diferença no estatuto lexical dos elementos implicados: um verbo que tolera um proclítico não é uma cabeça lexical do mesmo tipo de um verbo ladeado por um enclítico.

Eu me proponho aqui a mostrar que a geometria não pode ser suficiente para representar as características da cliticização no português e nas outras línguas românicas e que é necessário ter em conta as propriedades lexicais, não representáveis em termos geométricos²

1. OS DADOS³

Assim como o francês e as outras línguas românicas de sujeito nulo (doravante, LRSN), o português dispõe da próclise nas subordinadas finitas, completivas, interrogativas indiretas ou circunstanciais e, mais geralmente, em toda proposição dependente cuja posição C ou Spec de CP é ocupada por material lexical:

- (1) Eles disseram que o Jaime o magoou
- (2) Eles perguntaram que livro a Maria lhe deu ontem

Inversamente, a ênclise é a única opção legítima nas estruturas gerundivas e nas proposições infinitivas, ordinárias ou flexionadas, sujeitos ou argumentos de um verbo:

- (3) Despediu o Pedro, julgando-o incapaz disso
- (4) A Ana espera ver-te esta tarde
- (5) a. Lamento a Ana dar-lhe esse livro
 - b. Lamento a Ana ter-lhe dado o livro
 - c. ?Lamento ter-lhe a Ana dado o livro

Este comportamento das proposições não finitas a respeito da cliticização coincide com o das outras LRSN. Entretanto, o português se distingue ao mesmo tempo das LRSN e do francês no que a ênclise parece corresponder ao caso não marcado nos contextos raízes, como indica o seguinte paradigma

- (6) a. A Maria deu-lhe esse livro ontem
 b. Deu-lhe esse livro ontem
 (7) Esse livro, a Maria deu-lhe ontem
 (8) Diga-me

A ênclise é a única opção nas proposições raízes afirmativas, quer o sujeito seja lexical ou foneticamente nulo ((6)), nas estruturas independentes em que um argumento nominal foi topicalizado para a frente do enunciado ((7)) e em frases raízes imperativas e subjuntivas ((8)).

Mas é de novo a próclise que se observa nas proposições negativas, nas interrogativas diretas e nas proposições cuja posição sujeito é ocupada por uma expressão quantificada:

- (9) O João não o magoou
 (10) Que livro a Maria lhe deu ontem?
 (11) Alguém o assustou

Para ser adequada, a análise deverá explicar por que, com respeito à cliticização, o comportamento das proposições raízes com tempo finito se distingue do das proposições finitas encaixadas e coincide com o das proposições infinitivas, gerundivas e imperativas. Esta assimetria e este paralelismo indicam, desde já, que a dimensão pertinente à repartição entre ênclise e próclise não é, como no italiano e no espanhol contemporâneo, a oposição finito/não finito⁴, nem como nas línguas românicas medievais, a presença ou ausência de material lexical na posição pré-verbal, argumento sujeito explícito ou expressão interrogativa. Entre os elementos que precedem o verbo, apenas os que são de natureza quantificacional (negação, QP, interrogativo) “atraem” o clítico para a posição pré-verbal: os NPs referenciais ordinários não têm esse efeito, mesmo quando eles são antepostos para o topo da proposição, por um processo de topicalização ((7)). Por outro lado, o fato de que a ênclise é observável, ao mesmo tempo, nas frases imperativas e nas proposições infinitivas e gerundivas é uma indicação clara de que a presença de uma concordância verbal no domínio proposicional em que se opera a cliticização também não é a dimensão pertinente, uma conclusão confirmada pela ausência de assimetria entre infinitivas ordinárias e infinitivas flexionadas ((4), (5)).

2. CLITICIZAÇÃO E TEMPO

Belletti (1988) estabelece de maneira convincente que, no ita-

liano, o processo de alçamento do verbo para I é generalizado para todos os tipos proposicionais e que os núcleos verbais infinitos são, como os verbos finitos, realizados em estrutura S na categoria I. Argumentos análogos aos que ela apresenta parecem valer para o português⁵. A distribuição da negação **não**⁶, a do quantificador flutuante **todos** ou dos advérbios⁷ não revelam nenhuma assimetria entre as proposições finitas e as proposições infinitas. Suponhamos que o processo **V para I** seja generalizado para todos os tipos do italiano, no espanhol e no português⁸. A repartição entre ênclise e próclise cessa, então, de poder ser interpretada como o reflexo da posição do verbo na estrutura S⁹. Nesta seção e nas seguintes, eu desenvolvo a idéia de que a repartição entre ênclise e próclise no português europeu é o reflexo do lugar de realização do operador Tempo na estrutura S. Para derivar este resultado, é necessário precisar o funcionamento sintático do operador Tempo e introduzir uma hipótese específica sobre o estatuto sintático e morfológico dos próclíticos e dos ênclíticos. Num primeiro momento, limitarei o exame às estruturas que não contêm nem expressão interrogativa, nem elemento quantificante.

2.1. Sintaxe de Tempo

As seguintes proposições, avançadas por outros pesquisadores sobre uma base totalmente independente dos fenômenos considerados aqui, definem um formato geral que regula o funcionamento sintático do operador Tempo:

- (12) A cada domínio proposicional é associado um Tempo (doravante T) que funciona sintaticamente como operador, obrigatoriamente conectado com o verbo¹⁰.
- (13) Seja "cadeia T" a seqüência de posições coindexadas que permitem operar a conexão entre T e o verbo. Na estrutura S, os elos de uma cadeia T são criados seja por movimento, seja por concordância¹¹.

É necessário precisar para cada gramática particular como as condições (12) e (13) são satisfeitas, quer dizer, qual é o lugar de realização de T nos diferentes níveis de representação e como se opera a conexão entre T e o verbo. Suporei que no português:

- (14) T é a única especificação contida em I na estrutura D¹²
- (15) O processo "concordância núcleo/núcleo" não está disponível

Combinado com (12) e (13), (15) implica que o processo **V para I** é genera-

lizado no português para todos os tipos proposicionais: o deslocamento do verbo para a categoria I é, com efeito, a única estratégia que permite construir uma cadeia T. De (14), pode-se deduzir que T ocupa a posição I na estrutura S se nenhum princípio impõe seu deslocamento para uma outra posição.

É possível, com base nas hipóteses precedentes, propor uma caracterização preliminar das estruturas que requerem a ênclise e das que impõem a próclise, fundamentada na noção de "contexto selecionado"¹³. Uma diferença crucial que separa as proposições raízes e as completivas ou as circunstanciais com tempo finito é, com efeito, que as segundas, mas não as primeiras, são identificáveis como contextos selecionados. Já que as relações de subcategorização e de seleção põem em jogo propriedades dos núcleos; dizer que um domínio CP [+Tempo] é selecionado significa que este domínio é minimamente regido por um núcleo V ou P requerendo que o núcleo de seu complemento seja uma categoria C que contém a especificação [+Tempo]. Deve-se, então, admitir que, em uma gramática que contém (14), o lugar de realização de T não é o mesmo nas proposições raízes e nas completivas (ou nas circunstanciais) com tempo finito. Nas primeiras, domínios não selecionados por excelência, T pode conservar sua posição original em I, sem violar nenhuma condição. Nas proposições completivas finitas, ao contrário, as hipóteses mínimas sobre a seleção impõem que T seja realizado em C na estrutura S¹⁴, uma vez que estes domínios satisfazem a seleção +-CP, +T do núcleo verbal. Chega-se, assim, para esses dois tipos proposicionais às representações seguintes¹⁵:

(16) proposição raiz finita:

[_{IP} NP [_{I'} [_I V-agr [_I T]] [_{VP} e V-agr NP]]]

(17) proposição completiva finita:

... V [_{CP} [_{C'} [_C T] [_{IP} NP [_{I'} [_I V-agr [_I e T]] [_{VP} e V-agr NP]]]]]

As frase imperativas e as proposições gerundivas no emprego absoluto satisfazem igualmente a caracterização de "contexto não selecionado". Uma especificação T está presente nestes domínios (cf. (12)) e ela é realizada em I.

É mais delicado determinar qual é a sintaxe de T nas estruturas infinitivas. Sabe-se que alguns pesquisadores, Stowell (1982) em particular, propuseram atribuir um operador Tempo às infinitivas, ao menos às que são identificáveis como estruturas CP. Ora, estes domínios, quando são regidos por um predicado verbal, satisfazem a seleção deste predicado e são, então, analisáveis como CP selecionados, especificados [+Tempo]. Para operar a distinção necessária entre as estruturas infinitivas e as pro-

posições finitas, admitirei que, se bem que um operador T esteja presente nas primeiras, como aliás impõe (12), ele não faz parte da seleção do núcleo verbal regente¹⁶. Se a concepção da seleção expressa acima está correta, T pode, então, (e deve) conservar sua posição original em I nas posições infinitivas. Temos, então:

(18) ... V[_{CP}[_{IP}NP[_{I'}[_IV[_IT]] [_{VP} e_V NP]]]

2.2. Sintaxe da cliticização

Se, agora, consideramos a distribuição dos clítics nos tipos proposicionais examinados até aqui, uma primeira generalização, que podemos formular como se segue, vem à luz:

(19) Dada uma configuração [_I...V...], observa-se a ênclise quando T é realizado em I, observa-se a próclise quando T não é realizado em I

Para acomodar esta generalização, avançarei as hipóteses seguintes:

(20) A posição de T determina o estatuto lexical do verbo: um verbo que não coexiste com T em I conserva suas propriedades de núcleo lexical ativo; um núcleo verbal adjunto a T em I é desativado (déactivée).

(21) Apenas os núcleos lexicais ativos podem tolerar um proclítico. Um enclítico não é lexicalmente dependente da unidade à qual ele está afixado.

(22) Os clítics são núcleos no sentido da teoria X-barras.

(23) Nas estruturas C1 V, a incorporação é uma substituição. Nas estruturas V-C1, a incorporação é uma adjunção.

As hipóteses (20)-(23) põem explicitamente que os proclíticos e os enclíticos são objetos de natureza diferente, cuja afixação ao verbo (ou a um outro núcleo) opera-se por processos gramaticais distintos. Elas estabelecem, além disso, uma correlação estrita entre as duas classes de clítics e seu funcionamento nas relações de dependência lexical: um verbo que tolera um enclítico não tem o mesmo estatuto de um verbo que tolera um proclítico. Examinemo-las alternadamente.

(20) retoma, ampliando-a, uma observação de Chomsky em **Barriers**, nº 50¹⁷. Nas proposições finitas, o movimento de V para [_IT] recobre

uma adjunção de V a I. Na estrutura resultante, V tem, então, o estatuto sintático e lexical de um afixo, não o de um núcleo. (20) introduz, entretanto, uma precisão suplementar: quando V está inserido em uma categoria I que não contém o operador T (mas seu vestígio), ele conserva seu estatuto de núcleo lexical de pleno direito.

(21) enuncia que os proclíticos (acusativos e dativos) são analisáveis como os reflexos de uma relação de dependência lexical entre o verbo ao qual eles estão afixados e a posição argumental que eles redobram e que os enclíticos não o são. Se, na esteira de Stowell (1981), assimilamos a estrutura argumental de um verbo a uma estrutura valencial que requer saturação e se propomos que um lugar de argumento é saturado quando recebe um índice apropriado de uma posição referencial, pode-se admitir que a incorporação de um proclítico a um núcleo verbal constrói uma equivalência entre um estatuto argumental e um valor referencial, e satura o lugar de argumento correspondente à posição original do clítico. Inversamente, propor que o núcleo V é desativado quando ele coexiste com T em I significa, nos termos de (21), que ele não pode tolerar um proclítico. Um enclítico, não sendo o reflexo de uma relação de dependência lexical, pode ser afixado a um núcleo lexical que não seleciona a posição que ele redobra, ou a uma categoria X que não se qualifica como núcleo lexical, ou mesmo a uma categoria não-núcleo. Admitirei que, no português, os clíticos pós-verbais são adjuntos a T.

As hipóteses (22) e (23) constroem uma correlação entre o lugar de realização pré-verbal ou pós-verbal dos clíticos e sua origem derivacional. Se o lugar de realização de um clítico é o reflexo do estatuto lexical do núcleo ao qual ele está ligado ((21)), estas hipóteses estabelecem uma relação entre as propriedades morfossintáticas e o funcionamento lexical das combinações V-C1 e C1 V. A hipótese (22), exposta por Kayne (1989), implica que a cliticização é um caso particular de incorporação, regulada pela Condição sobre o Movimento dos Núcleos. Ora, dois tipos de deslocamento núcleo a núcleo são **a priori** compatíveis com esta condição: a adjunção (a um núcleo) e a substituição (numa posição de núcleo). Rizzi & Roberts (1988) propõem restringir ainda mais a teoria do movimento propondo que o deslocamento de um núcleo é sempre analisável como uma substituição, mas eles preservam o caso da cliticização¹⁸. (23) enuncia que os processos de cliticização instanciam precisamente os **dois** tipos de deslocamento. A análise das configurações C1+V como colocando em jogo uma substituição já está implícita na hipótese (21), que põe que os proclíticos saturam um lugar de argumento na estrutura argumental de um núcleo lexical: tudo se passa como se o clítico fosse inserido no lugar de argumento que ele satura. Quanto às configurações V-CL, admitirei que elas

são produzidas por um processo de adjunção sintática que não supõe nenhuma relação de dependência entre o núcleo de recepção e a posição rodobrada.

Com base em várias propostas recentes, é possível construir uma correlação muito estreita entre o lugar de realização das duas classes de clíticos e o processo que as produz¹⁹. O fato de que os proclíticos são afixados ao verbo por uma operação morfológica lexicalmente determinada, mas que não modifica o estatuto de núcleo do verbo de recepção, faz prever para estes elementos uma realização à esquerda do verbo. Nas línguas românicas, como no inglês, o núcleo de um objeto morfológico é o elemento mais à direita da categoria, núcleo lexical ou afixo e o clítico, não sendo o núcleo da unidade resultante, não pode ocupar esta posição. Inversamente, como as configurações de ênclise são produzidas por um processo sintático, não por uma operação morfológica/lexical, e como o estatuto de núcleo da unidade de recepção (=T) não é afetado, espera-se que a afixação se faça à direita desta unidade: nas línguas românicas, o núcleo sintático de uma unidade complexa ou de um constituinte é geralmente o elemento mais à esquerda desta unidade ou deste constituinte²⁰.

As hipóteses precedentes predizem corretamente que nas proposições radicais finitas, a próclise não é uma opção disponível. As representações na estrutura D e na estrutura S pertinentes são esquematizadas em (24):

(24) a. NP_j [₁' [₁T] [_{VP}V-agr [_{NP}α]]]

b. NP_j [₁' [₁V-agr [₁T] C_{1i}] [_{VPt}V-agr [_{NPe}]_i]]]

b'. *NP_j [₁' [₁C_{1i}-V-agr [₁T]] [_{VPt}V-agr [_{NPe}]_i]]]

A agramaticalidade de (24b') segue diretamente de (20)-(23): V, não funcionando como núcleo lexical "ativo", não pode tolerar um proclítico. (24b) é bem formado porque satisfaz todos os princípios postos até agora. A mesma análise pode ser estendida a todas as estruturas de ênclise.

Inversamente, a próclise é a única opção legítima em uma completa com tempo finito selecionada por um núcleo verbal e, mais geralmente, em todos os contextos que selecionam um complemento [+Tempo]. Na representação (17), V- que não coexiste com T em I - funciona como um núcleo lexical de pleno direito e pode tolerar um proclítico. Para explicar que a ênclise não é aqui legítima, admitirei que quando a opção incorporação = substituição está disponível, ela é obrigatória.

Até o momento, as construções que contêm o auxiliar perfecti-

vo **ter** não foram levadas em conta. Nos contextos que requerem a ênclise, o clítico intervém entre o auxiliar e o núcleo verbal; nos que impõem a próclise, o clítico precede o auxiliar. Mas, seja enclítico ((25)) ou proclítico ((26)), o pronome fraco está claramente ligado ao auxiliar:

- (25) a. Ele tinha-me escrito
- b. Penso tê-lo visto

(26) Eles disseram que o Jaime me tinha escrito

Estas distribuições levantam duas dificuldades potenciais para as hipóteses (20)-(23). A primeira concerne ao funcionamento da minimalidade nestas estruturas. Em (25a), por exemplo, o clítico, tendo sua fonte na posição de argumento direto de **escrever** parece poder ter acesso, sem violação, à posição I que contém o auxiliar **ter**. Este deslocamento pode ser reconciliado com a Condição sobre o Movimento dos Núcleos? Por que o verbo lexical não induz efeito de minimalidade? O estatuto lexical do auxiliar **ter** constitui igualmente um problema. Nos termos de (20), (21) e (23), um proclítico deve ser analisado como um elemento que satura um lugar de argumento na estrutura argumental do elemento verbal ao qual ele é ligado. Não se sabe *a priori* se, em (26), o clítico é lexicalmente dependente apenas do auxiliar ou de um complexo verbal formado pelo auxiliar e o verbo. Os exemplos (25), ao contrário, sugerem que nenhum complexo verbal está presente: o clítico afixado ao auxiliar não pode ser analisado como ligado a um complexo verbal Aux+V, já que intervém entre estes dois termos (cf. di Sciullo & Williams, 1987, para esta discussão). Se Aux e V não constituem um complexo em (26), deve-se admitir que **ter** é um núcleo lexical de pleno direito, dotado de uma estrutura predicado-argumento autónoma.

No que tange ao estatuto lexical do auxiliar **ter**, pode-se considerar a abordagem seguinte. Um clítico ligado ao auxiliar perfectivo é dependente apenas do auxiliar, não do verbo. Assim é porque **ter** herda a estrutura predicado-argumento do verbo lexical. Mas esta última só é ativa nas configurações em que **ter** não coexiste com T em I. Em resumo, (20), (21) e (23) valem igualmente para o verbo **ter** em emprego auxiliar. Quanto ao particípio verbal, o fato de que ele não pode tolerar nenhum clítico sugere que se trata de um núcleo que, como os adjetivos, é lexicalmente inerte.

Seja, agora, a primeira questão: por que o movimento do clítico é legítimo, se bem que aparentemente ele se dê por cima de um núcleo lexical? A evidência disponível em outras línguas - o galês, por exemplo,

cf. Rouveret, 1988 - indica com relativa certeza que a Condição de Minimalidade restringe o deslocamento dos clíticos²¹. Para reconciliar a boa formação das estruturas (25)-(26) com esta condição, retomarei a análise de Sportiche (1988), pondo que a cliticização não se opera diretamente desde a posição de argumento direto, mas desde a posição de especificador da categoria verbal (ou auxiliar) mais alta, após transitar pelas posições de especificador intermediárias, de acordo com o esquema (27):

(27) [_{1P}Ele [_{1'} [₁tinha₇me_j] [_{VP} [_{NPe}]_i [_{Ve}]_j [_{VP} [_{NPe}]_i [_{Vescrito} [_{NPe}]_j]]]]]]

Esta análise supõe que toda categoria VP é dotada de uma posição Spec, acessível ao movimento desde a posição objeto de V. Ela requer, além disso, uma modificação parcial da hipótese (22): os elementos cliticizáveis têm um estatuto misto, ao mesmo tempo, de núcleo e de sintagma. É seu estatuto de sintagma que lhe permite transitar pelas posições Spec intermediárias e escapar aos efeitos da Condição de Minimalidade e da Condição sobre o Movimento dos Núcleos. É seu estatuto de núcleo que é pertinente quando eles são afixados a sua categoria de recepção, verbo ou auxiliar.

Precisados esses pontos, as construções que contêm uma auxiliar recaem sob o formato definido precedentemente.

3. CLITICIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO

Examinemos, agora, o comportamento das estruturas que contêm uma expressão interrogativa, uma expressão quantificada ou a negação de frase **não**.

A presença da negação **não** desencadeia obrigatoriamente a próclise dos pronomes fracos na proposição que a contém minimamente, qualquer que seja o tipo instanciado por esta proposição ((9)). Para acomodar o fenômeno, eu admitirei que a sintaxe do operador T é regulada por uma condição suplementar, enunciada em (28)²²:

(28) Dada uma proposição Σ e T a especificação Tempo associada a Σ , T deve, na estrutura S, c-comandar²³ todas as expressões quantificadas contidas em Σ ²⁴.

A evidência empírica disponível indica que, no português, a negação de frase **não** é gerada basicamente em um lugar hierarquicamente superior à categoria I. Contrariamente ao que se observa no francês, a distribuição

da negação não revela nenhuma assimetria entre as proposições finitas e as infinitivas. **Não** precede o primeiro termo do complexo verbal em todos os tipos de proposição:

- (29) a. O Manuel não tem trabalhado
 b. O Manuel pensa não trabalhar amanhã
 c. Peço perdão de não ter cá vindo já

Admitirei que, como os núcleos ordinários, **não** determina uma projeção de nível 1 e uma projeção de nível 2 e seleciona como complemento uma categoria de nível 2. Estas hipóteses implicam que, na estrutura D, **não** rege a categoria IP e que, na estrutura S, o domínio proposicional que contém minimamente **não** e o argumento sujeito não é a projeção máxima de I, mas a de Neg:

(30) [_{Neg}PNP]_j[Neg'_j[Neg não][_{IP}[_IV-agr[_IT]]][_{VP}T_V...]]

Se a projeção que domina minimamente T é uma projeção de I, não uma projeção de Neg, T não c-comanda **não** se ele conserva sua posição original em I²⁵. Sendo a negação assimilável a um elemento quantificante, a representação de estrutura S (30) viola a condição (28). Para satisfazer esta condição, T deve estar adjunto à categoria-núcleo Neg. Se V não coexiste mais com T em I, a próclise representa a situação esperada.

Conforme indica o seguinte paradigma, devido a Inês Duarte (1983), as expressões quantificadas realizadas em posição sujeito desencadeiam a próclise²⁶; as que ocupam uma posição argumental interna a VP não têm este efeito:

- (31) a. Alguém o assustou
 b. Amos os cantores lhe dedicaram uma canção
 c. Todos os amigos as felicitaram
 (32) a. O Manuel mostrou-lhes todos os livros
 b. Os cantores dedicaram-lhe ambas as canções

A origem do contraste entre os enunciados (31) e (32) é facilmente localizável: um lugar argumental interno a VP é c-comandado pela categoria I; a posição de sujeito não o é. Contrariamente a (33b), a representação (33a) não satisfaz a condição (28)

- (33) a. [_{IP}[NPQP]_i]_j[_I'[_IV[_IT]]][_{VP}[_{ve}]...]]
 b. [_{IP}NP[_I'[_IV[_IT]]][_{VP}[_{ve}][NPQP]_i...]]

Quando um QP ocupa a posição externa, a única estratégia que permite a derivação de uma representação bem formada, tendo em vista (28), é o deslocamento de T para C:

(34) [CP[C T][IP[NPQP]_i[I'[_I V[_Ie]][VP[ve]...]]]]

Como nas proposições que contêm um QP sujeito T não é realizado em I, V funciona como um núcleo lexical de pleno direito e pode tolerar um próclítico. Em contrapartida, nada impõe o alçamento de T nas estruturas em que uma expressão quantificada ocupa um lugar subcategorizado ou adjunto²⁷. V. coexiste, então, com T em I e apenas a ênclise está disponível. Uma análise baseada em (28) consegue, portanto, acomodar a observação de que apenas as expressões quantificadas realizadas na posição externa desencadeiam a próclise²⁸.

A sintaxe da cliticização nas proposições interrogativas confirma no essencial as análises precedentes, mas indica que a condição de c-comando não pode ser mantida na forma que lhe é dada em (28). A próclise é a única opção nos domínios cuja posição Spec de CP é ocupada por uma expressão interrogativa²⁹. Esta regularidade é observada qualquer que seja o lugar original da expressão *qu*, posição de complemento subcategorizado pelo verbo, posição de sujeito, posição de adjunto. Para acomodar esta regularidade, é plausível admitir que a condição (28) impõe o alçamento do operador T para C nas interrogativas diretas (e indiretas), exatamente como nas proposições negativas e nas estruturas que contêm um QP sujeito: se conservasse sua posição original em I, T não c-comandaria as expressões *qu* realizadas em Spec de CP.

Esta explicação, entretanto, encontra uma dificuldade técnica não trivial no fato de que, após seu alçamento para C, T não c-comanda a posição Spec de CP. Consideremos, com efeito, as representações pertinentes nas estruturas S:

(35) [CP_{qu}-(N)_i[C'[C T][IPNP_j[I'[_I V-*agr*[_Ie T]][V_{pt}V-*agr*...[NP_e]_i]]]]

(36) [CP_{qu}-(N)_i[C'[C T][IP[NP_e]_i[I'[_I V-*agr*[_Ie T]][V_{pt}V-*agr*...]]]]

Quando é realizado em C, T mantém com a posição Spec de CP a mesma relação estrutural que tem com a posição Spec de IP quando é realizado em I. Entretanto, suas propriedades de c-comando parecem diferentes conforme ocupa uma ou outra destas posições. Esta assimetria entre T/C e T/I poderia ser o indício de uma diferença na estrutura interna das projeções IP e CP: o lugar de chegada de T seria tão alto ou mais alto na estrutura que a posição que contém a expressão interrogativa, quer o sistema CP

não opere a distinção entre as projeções C' e CP, quer a expressão **qu** seja realizada não em Spec e CP, mas em um lugar XP que intervém entre C e a fronteira IP. Não desenvolverei esta sugestão, se bem que seja possível isolar na sintaxe das línguas românicas dados que lhe conferem uma plausibilidade inicial³⁰. Para ajustar o tratamento das expressões **qu** com o das expressões quantificadas ordinárias, reformularei a condição (28) como se segue:

(37) Dada uma proposição Σ , T a especificação Tempo associada a Σ e QP uma expressão quantificada ou interrogativa contida em Σ , T deve, na estrutura S, c-comandar QP ou seu vestígio.

Mas assim formulada, a condição de c-comando não impõe mais o alçamento de T para C nas estruturas em que a expressão **qu** tem sua fonte em uma posição subcategorizada ou adjunta. Um outro princípio deve ser invocado para explicar a má formação da representação (38):

(38) $[_{CP}qu-(N)_iC[_{IP}NP_j[_{I'}[_{I}V-agr[_{IT}]][_{VP}tV-agr...[_{NP}e]_i]]]$

Uma primeira possibilidade é estipular que T é realizado em C em todas as estruturas onde existe uma evidência positiva de que o sistema CP é instanciado, condição que é evidentemente preenchida nas interrogativas diretas e indiretas. Nas completivas finitas introduzidas por **que**, esta estipulação impõe o alçamento de T para C de modo redundante com as restrições de seleção (cf. seção 3).

Um outro caminho de abordagem mais promissor consiste em derivar a má formação de (38), não de uma condição sobre a distribuição de T, mas do ECP; a relação de regência por antecedente entre a expressão **qu** e seu vestígio é bloqueada por uma barreira interveniente. Para dar corpo a esta análise, admitirei que no português, ao menos, IP não é uma categoria defectiva, mas constitui uma barreira inerente³¹. Eu porei, igualmente, que uma projeção máxima XP só funciona como barreira na estrutura S se o elemento lexical ou funcional introduzido na categoria-núcleo X na estrutura D conserva esta posição na estruturas S.

Posto isto, examinemos a representação (38): se a adjunção de V a I retira de VP seu estatuto de barreira, a manutenção de T em I preserva a opacidade de IP. Sendo IP uma barreira para a regência, a expressão interrogativa não rege seu vestígio. Em contrapartida, a relação de antecedente é bem formada na representação (35) já que o deslocamento de T para C deixa transparente o domínio IP. A análise precedente prediz, então, corretamente que, nas estruturas interrogativas que põem em jogo a extração

de um objeto ou de um adjunto **qu**, a cadeia interrogativa só é bem formada se T vai para C. Em consequência, a próclise é a única opção disponível quando V é realizado em I³².

Se raciocinamos nestes termos, é fácil ver por que, contrariamente às expressões interrogativas, as expressões topicalizadas não têm nenhuma incidência sobre o lugar de realização do clítico. Nos contextos raízes que, como (7), põem em jogo a topicalização de uma expressão referencial interna ao VP, T conserva sua posição inicial em I porque a condição (37) não é operante e porque a fronteira IP não bloqueia a relação de regência por antecedente. Na análise proposta por Duarte (1987), (1989), o elemento topicalizado é neste caso adjunto a IP. Já que um elemento adjunto a um domínio XP conta, ao mesmo tempo, como elemento interno e externo a este domínio, a relação de antecedência é bem formada.

4. IMPLICAÇÕES INTERLINGÜÍSTICAS:

A organização teórica dos dados elaborada até este momento articula dois conjuntos: de um lado, princípios gerais e asserções de análise que podemos supor relativamente invariantes de uma língua para outra, e de outro, uma série de asserções sobre a estrutura proposicional do português que evidentemente podem variar. Pertencem ao primeiro conjunto o princípio (12), a condição de c-comando (37), as proposições sobre o funcionamento da seleção e a noção de "contexto selecionado", a hipótese de que uma expressão interrogativa deve reger o vestígio do qual ela é antecedente, a noção de dependência lexical, a distinção entre dois tipos de incorporação, a hipótese de que os clíticos pronominais são ao mesmo tempo núcleos e sintagmas... Pertencem ao segundo conjunto a hipótese (14) que enuncia que, em português, T é a única especificação contida em I na estrutura D, a idéia de que IP não é uma categoria defectiva... Destes dois conjuntos, podemos, em particular, derivar a proposição (39):

(39) No português, T conserva sua posição inicial em I se:

- (i) T não é selecionado,
- (ii) a condição (37) é satisfeita,
- (iii) nenhuma relação de antecedência é bloqueada por IP.

Esta apresentação faz, sobre a variação lingüística, predições precisas. É claro, primeiramente, que o que foi dito da sintaxe de T nas construções negativas e interrogativas do português é quase diretamente transponível para a sintaxe de **do** no inglês. Laka (1989) mostra que a in-

serção de **do** nas proposições negativas³³, sua inserção e seu deslocamento nas estruturas interrogativas, são as únicas estratégias que permitem satisfazer a restrição de c-comando. Este paralelismo entre as duas línguas sugere que o inglês é também um sistema no qual T é realizado em I na estrutura D e deve, segundo o contexto, ser deslocado ou não, para satisfazer a restrição de c-comando.

A diferença maior entre o inglês e o português deve-se ao fato de que, em inglês, T deve ser morfológicamente sustentado na estrutura S - por **do**, por um outro auxiliar ou por um verbo lexical - enquanto ele pode não o ser no português. O fator de variação pertinente parece poder ser localizado na natureza afixal do operador T.

Uma segunda assimetria entre as duas línguas concerne ao comportamento das proposições dependentes. Eu tentei estabelecer que, no português, T é realizado em C nas subordinadas com tempo finito. Tudo indica, ao contrário, que nestes domínios, no inglês, T não ocupa a posição C. A inversão do sujeito e do auxiliar é um fenômeno estritamente limitado aos contextos raízes e **do** é sistematicamente ausente nas interrogativas indiretas. Não temos (40):

- (40) a. *I think (that) has Peter met Mary
 b. *Who does Mary think (that) did Peter meet?
 c. *I wonder who did Peter meet
 d. *I wonder who did meet Peter

O problema para nós é, então, explicar por que (só) as representações (41)-(43) são bem formadas no inglês:

- (41) ...V[_{CP}[_C(that)]] [_{IP}NP [_{I'}[_IT]] [_{VP}V...]]]]
 (42) ...V[_{CP}wh(-N)_i [_C∅]] [_{IP}[_{NP}e]_i [_{I'}[_IT]] [_{VP}V...]]]]
 (43) ...V[_{CP}wh(-N)_i [_C∅]] [_{IP}NP [_{I'}[_IT]] [_{VP}V... [_{NP}e]_i]]]]

Em (41), a especificação T que satisfaz a seleção do verbo matriz é realizada em I, não em C. Em (42), T em I não c-comanda nem a expressão **wh** realizada em Spec de CP, nem seu vestígio. Em (43), uma fronteira IP que é identificável como uma barreira, já que T é realizado em I, intervém entre a expressão **wh** e seu vestígio. Ora, não é cabível pôr que o funcionamento da subcategorização e da seleção é diferente no inglês e nos outros sistemas, ou que a condição de c-comando é operante nas proposições raízes, mas não nas encaixadas, ou que as relações de antecedência obedecem a restrições que variam em função do tipo proposional.

Para resolver a dificuldade, explorarei, brevemente, a possibi-

lidade seguinte. O inglês e o português diferem quanto às estratégias disponíveis para construir a relação entre duas categorias-núcleos. No português, a única opção é o deslocamento do núcleo inferior para a categoria-núcleo imediatamente dominante (cf. (15)). No inglês, o relacionamento pode ser igualmente obtido pela construção de uma relação de concordância³⁴. Esta diferença entre as duas línguas é pertinente tanto para a coindexação de I e de C como para a de V e I. Admitirei, então, que a construção de uma cadeia T que implica as posições C e I é possível em (41)-(43) sem que T deixe sua posição original. Posto isto, é plausível admitir que a cadeia T (i) satisfaz a seleção +T do verbo matriz em (41), já que seu termo inicial é (realizado em) C, (ii) permite a verificação da restrição de c-comando em (42), já que seu termo inicial c-comanda o vestígio da expressão *wh*, (iii) torna não pertinente a barreira IP para a relação expressão *wh*/vestígio em (42) e (43), já que seu termo inicial é externo a IP³⁵.

Resta, ainda, explicar por que, no inglês, a construção de uma relação de concordância C/I é uma estratégia disponível nas proposições encaixadas, mas não nas proposições raízes³⁶. Admitirei que esta opção só existe nos domínios CP cuja posição C é "visível" e que esta condição só é satisfeita se C é regido e/ou preenchido pelo complementador *that*. Não é o caso nem nas frases raízes declarativas, nem nas interrogativas diretas.

Dois parâmetros foram identificados: (i) T é [+afixo] ou [-afixo], (ii) a estratégia **concordância núcleo/núcleo** está disponível ou não. Uma vez levados em conta estes dois fatores de variação, parece que o funcionamento do operador T coincide no português e no inglês: a restrição de c-comando opera-se nas duas línguas. As diferenças constatadas entre os dois sistemas seguem os valores opostos atribuídos aos dois parâmetros.

Em que medida a análise elaborada para acomodar os fenômenos de cliticização no português é generalizável às outras línguas românicas? E qual é a fonte das variações observáveis?

O comportamento das estruturas infinitivas em vista da cliticização é idêntica no português e nas outras LRSN: os clíticos são enclíticos. Este paralelismo sugere que a presença de T em I tem, em todos estes sistemas, a mesma incidência sobre o funcionamento lexical do verbo³⁷.

Se esta conclusão é correta, não se pode explicar a assimetria entre o português e as outras línguas românicas, nas proposições raízes afirmativas, pondo que T ocupa a posição I nos dois grupos de línguas, mas que é dotado de propriedades diferentes. Esta hipótese parece imediatamente contradita pelo comportamento paralelo dos domínios não finitos. Um outro caminho de abordagem deve ser achado. Admitirei que nas proposições raízes do francês, do italiano e do espanhol, T não é realizado em

I na estrutura S, mas em C. A condição de c-comando (37) é, então, sempre trivialmente verificada. Esta análise admite duas variantes:

- a. Pode-se supor que apenas a categoria IP define um domínio de quantificação apropriado para T e que este deve, em todas as línguas, ser realizado em C na LF³⁸. Sob esta hipótese, a diferença entre o português e as outras línguas românicas reflete uma assimetria no nível em que intervém o deslocamento de T para C. Tratar-se-ia de um movimento sintático nas outras línguas românicas que não o português contra um movimento que intervém seja na sintaxe, seja na LF em português. Nesta língua, T só seria deslocado para C, na sintaxe, nas situações em que a manutenção de T em I daria lugar a uma violação da condição de c-comando, das restrições de seleção e do ECP (cf. (39)).
- b. Em português, a presença de T em I na estrutura S pode ser interpretada como um indício de que VP constitui um domínio de quantificação apropriado para o operador T³⁹. Este último ocuparia, na estrutura S, a posição correspondente a seu escopo e não seria, de modo algum, dependente de um movimento ulterior que interviria na LF.

Eu não escolherei aqui entre estas duas variantes e me limitarei a uma única observação. Se as análises precedentes são corretas, o comportamento assimétrico das proposições raízes em vista da cliticização indica que, na estrutura S (e também na LF se a primeira variante é correta), o sistema CP não tem nenhuma realidade sintática no português, quando nenhuma expressão interrogativa ou quantificada está presente, enquanto que, nas outras línguas, C está sempre presente, já que é o lugar de realização do operador T⁴⁰. O funcionamento da cliticização reflete, então, uma diferença profunda na estrutura predicativa e quantificacional da proposição no português e nas outras LRSN.

5. UMA OUTRA OBSERVAÇÃO SOBRE TEMPO

Existe uma outra propriedade frente à qual o português se distingue das outras línguas românicas: as configurações que contêm uma lacuna VP são legítimas. Observe-se, com efeito, as repartições seguintes:

(44) *Jean a acheté les romans de Faulkner et Pierre a aussi—

(45) *Juan ha comprado las novelas de Faulkner y Pedro también ha—

(46) *Gianni ha comprato i romanzi di Faulkner e Pietro ha anche—

(47) O João tem comprado as novelas de Faulkner e o Pedro também tem—

(48) John has bought Faulkner's novels and Peter has — too

O francês, o italiano e o espanhol não permitem a eclipse de uma cabeça verbal e de seus complementos nos contextos em que um auxiliar flexionado está presente. O português, ao contrário, dispõe desta opção, como o inglês, que não é uma língua de sujeito nulo.

Qual é a propriedade implicada na legitimação das lacunas VPs? É claro, primeiramente, que ela não pode coincidir com aquela que legitima os sujeitos nulos e - se a generalização de Kayne (1980), (1987), está correta - determina a ênclise nos domínios não finitos e permite o movimento longo dos clíticos (*clitic climbing*), se bem que elas põem em jogo, uma e outra, a relação de dependência lexical que implica a categoria I e seu complemento VP. Notemos que, em (47), o verbo *ter* em emprego auxiliar tem sua fonte no núcleo V do VP complemento e é inserido em I no curso da derivação. Na estrutura S, a categoria I "lexicalizada" L-marca VP, permitindo a regência do vestígio do verbo ou do auxiliar pelo seu antecedente. Esta característica não basta, entretanto, para distinguir a estrutura portuguesa bem formada de seus homólogos francês, italiano e espanhol, já que parece não existir no seio do domínio românico nenhuma variação no que tange ao alçamento do verbo para I nas proposições com tempo finito.

Retomando uma análise de Chomsky em *Barriers*⁴¹, admitirei que a propriedade responsável pela boa formação das estruturas que contêm uma lacuna VP é a marcação TH de VP pela categoria I. Aventurei, além disso, a hipótese de que é a especificação T que lhe confere esta propriedade. A motivação inicial que apóia esta proposta reside na observação de que, no português, as lacunas VP são aceitáveis qualquer que seja o material lexical contido em I. É, ao menos, nestes termos que se pode interpretar a boa formação das estruturas paralelas que instanciam o fenômeno do objeto nulo:

(49) a. A Maria leu esse livro e o Manuel leu também

b. O Pedro ama sua mulher tanto como o João ama

Se V é deslocado para I nas proposições com tempo finito, a representação de estrutura D subjacente ao predicado do segundo membro da estrutura paralela é, aproximadamente, a seguinte:

(50) ...[_{I'}[_IV-agr;_i[_IT]] [_{VP}[_{ve}]_i[_{NP}e]]_i]...

Não é, evidentemente, por que, em (50), o verbo lexical realizado em I TH-marca VP: um verbo transitivo só pode TH-marcar o argumento nominal que ele seleciona. A legitimidade dos enunciados de (49) tem, então, um valor de índice duplo: (i) a estrutura (50) só é bem formada nas línguas em que VP é TH-marcado: a coindexação de I e de VP resultante do deslocamento de V para I não basta; (ii) no português, a categoria I TH-marca VP qualquer que seja seu conteúdo. Pode-se, então, concluir que é a especificação T, presente em I, que é responsável pela boa formação das lacunas VP nesta língua. Se esta análise está correta, a legitimidade dos enunciados (49) e (47) fornece um argumento que apóia a hipótese de que, no português, T tem características específicas, diferentes do que se observa nas outras línguas românicas.

Note-se que a distribuição da ênclise não coincide com a das lacunas VP⁴². Estas últimas são legítimas nas configurações em que a próclise é a única opção, bem como nas proposições subordinadas com tempo finito:

- (51) a. O João tem comprado as novelas de Faulkner e a Maria pensa que o Pedro também tem—
b. A Maria pensa que o Pedro as comprou também (as novelas)

Esta observação permite precisar a incidência de T sobre os dois fenômenos considerados. Para que uma lacuna VP regida por I seja legítima, basta que uma cadeia T esteja presente na proposição, desde que o operador T possa ele próprio ser realizado em C ou em I. A ênclise, ao contrário, só se observa se T está fisicamente presente em I. Tudo indica que o funcionamento da cliticização nas outras LRSN pode ser acomodado na mesma base: a ênclise se observa nas configurações em que T é realizado em I. As estruturas que contêm um VP nulo, ao contrário, só são legítimas no português e o que as legitima não é a presença de T em I, mas a existência de uma cadeia T na proposição, cadeia cujo núcleo T funciona como marcador-TH da lacuna VP que ela rege. Estamos, então, fundamentados para concluir que T se distingue ao mesmo tempo por sua distribuição e por sua "natureza": ele é realizado em I nas proposições com tempo finito, ele não é afixal, ele confere à categoria I que o contém um estatuto mais lexical que funcional.

NOTAS

* Desejo agradecer, por suas observações e seus comentários, a Inês Silva Duarte, Joseph Emonds, Charlotte Galves, Jacqueline Guéron, Anne Rochette, Mohamed Amine, Lee Sung Young e Lorenzo Vitral

1. Milner (1986) utiliza a dicotomia álgebra/geometria para caracterizar duas concepções antinômicas dos papéis temáticos: uma que põe que “a diferença dos papéis pode estar ligada, de modo unívoco, a uma geometria”; a outra para a qual não existe “nenhuma relação teorizável entre os papéis, que não são, de modo algum, geométricos, e as funções gramaticais, que são totalmente geométricas”.
2. Nos trabalhos provenientes de **Barriers**, o funcionamento da subjacência, a determinação das relações de regência estrutural e de regência por antecedente - que estão crucialmente implicadas na sintaxe da cliticização - são sensíveis às relações de dependência lexical e temática presentes nas configurações. Neste sentido, o artigo de Kayne, **Null Subjects and Clitic Climbing** (1989), é um exemplo de abordagem não geométrica da sintaxe dos clíticos, ainda que a repartição entre ênclise e próclise seja relacionada à posição variável do verbo nas configurações sintáticas.
3. Inês Silva Duarte (1983), que analisa a sintaxe da cliticização no português no quadro da Regência e da Ligação, propõe interpretar a repartição entre ênclise e próclise como reflexo do lugar de realização da cabeça verbal ou do auxiliar na estrutura S e sugere que as línguas dispõem de dois lugares de realização básicos para os clíticos, a segunda opção sendo limitada às línguas de sujeito nulo: [\sqrt{P} c1...] e [$_{1...}$ c1]. O alicamento obrigatório do verbo para I em certas estruturas é relacionado ao ECP: um clítico que tem sua fonte em I só pode ser afixado à cabeça V, interna a VP, se a categoria vazia resultante é regida propriamente por um antecedente apropriado em C; se não, opera-se o movimento de V para I, dando lugar a uma seqüência V-CI.
4. Se fazemos abstração das frases imperativas, apenas o contexto finito (e raiz) requerem ênclise nestas línguas.
5. Belletti confere à sua demonstração um alcance mais amplo, já que ela retira argumento destas distribuições para motivar uma estrutura da proposição mais articulada que no modelo de **Barriers**, na qual Tempo e AGR constituem duas categorias autônomas que determinam cada uma sua própria projeção máxima, como em Pollock (1987), e em que AGRP domina TP, mas não o inverso. AGR e T são igualmente disjuntos em minha análise, mas o estatuto atribuído a AGR é diferente: AGR forma com V uma categoria mista (cf. n.12)
6. Cf. seção 3.
7. Cf. Rouveret (1987).
8. Kayne (1989) desenvolve uma análise da cliticização nas línguas românicas que se

baseia na hipótese de que, nas LRSN, I é bastante forte para L-marcar VP, mas não define um lugar de chegada apropriado para os núcleos verbais infinitivos. Na análise que eu adoto, o fato de que I L-marca VP nas infinitivas das LRSN segue da generalização de **V para I** para todos os tipos proposicionais. Segundo as definições dadas em **Barriers**, **b** é TH-regido por **a** se **a** é uma categoria de nível zero que TH-marca **b** e se **a**, **b** são irmãs; **b** é L-marcado por **a** se **a** é um núcleo lexical que TH-rege **b** ou uma categoria **c**, tal que **b** concorda com o núcleo de **c**.

9. Ao menos se raciocinamos nos termos de uma representação proposicional clássica, como faço aqui (ressalvando o estatuto atribuído a AGR pela hipótese (14) e pela nota 12). Esta conclusão poderia ser modificada se adotamos uma estrutura da proposição mais articulada, deixando disponíveis dois lugares de chegada para as cabeças V, I=T e AGR, e duas ou três posições de sujeito (cf. Pollock (1987), Belletti (1988), Chomsky (1989)). É claro, entretanto, que o que é dito nesta seção sobre a cliticização e sobre as propriedades lexicais dos complexos V-T pode ser diretamente transposto para uma análise que recorre a uma estrutura proposicional mais complexa.
10. Esta hipótese foi avançada, dentre outros, por Stowell (1981) e (1982).
11. A noção de cadeia T foi introduzida por Guéron & Hoekstra (1988). O termo inicial de uma cadeia T é o lugar ocupado pelo operador T na estrutura S e o termo final, a categoria V, lugar original do núcleo verbal. A hipótese de que duas estratégias estão disponíveis para operar a conexão entre T e o verbo é encontrada em Bennis & Hoekstra (1988). Como T e V são realizados em uma posição “núcleo” na estrutura D, os dois processos implicados são analisáveis como casos de **head to heav movement** e **head-head agreement**, no sentido de Chomsky (1986).
12. (14) implica que, como nos tratamentos de Pollock (1987), Belletti (1988) e Chomsky (1989), a categoria AGR não é um sub-constituente de I. Admitirei aqui que AGR é um núcleo, mas um núcleo não autônomo em relação a V. Mais precisamente, proporei que AGR e V são os componentes de uma “categoria mista”, no sentido de Vergnaud (1987), analisável como [AGR', V''] e na qual AGR tem o estatuto duplo de especificador e de núcleo e V o estatuto duplo de núcleo e de (núcleo do) complemento. T designa aqui uma entidade lógica que tem uma força quantificacional, não um afixo morfológico. Admitirei que o tempo morfológico é, como as outras marcas flexionais associadas aos verbos conjugados, introduzido sob AGR. Para simplificar as representações, usarei V-agr para as formas conjugadas e VP para a categoria mista [AGR', V''].
13. Sobre a importância desta noção na caracterização dos fenômenos “radicais” como a inversão do clítico sujeito e a inversão complexa em francês, nós nos referiremos a Rizzi & Roberts (1988).
14. Se admitimos que as restrições de subcategorização podem se verificar só na estrutura S. Na hipótese contrária, T deve ser realizado em C desde a estrutura D.
15. Nas representações de estrutura S seguintes, $e_V(-agr)$ designa o vestígio do ver-

bo deslocado, adjunto a I. A hipótese (14) implica que, quando é realizado em C na estrutura S, o operador T foi deslocado de sua posição original em I: e_T designa seu vestígio. Admito aqui que V pode ser adjunto à categoria I, quando esta está vazia. A adjunção de um núcleo a um outro núcleo sendo analisada como um caso particular de incorporação, eu admito, então, que a incorporação de um núcleo a uma categoria vazia é legítima.

16. Deste ponto de vista, a seleção sintática do predicado **daigner** [dignar-se] é expresso exhaustivamente pelo traço +--CP. Deixo aqui de lado o caso dos verbos que autorizam o deslocamento longo dos clíticos (**clitic climbing**). Para o bom funcionamento do sistema, deve-se admitir que nenhuma especificação T está presente no complemento do verbo **querer** em (i), enquanto em (ii) estamos frente a uma proposição infinitiva ordinária cuja categoria I contém I:
 - (i) O João queria-os ver antes do meio-dia
 - (ii) O João queria vê-los antes do meio-dia
17. Jean-Yves Pollock (1987) explorou também esta nota de Chomsky, mas desenvolvendo-a em uma direção diferente da que é adotada aqui.
18. Cf., entretanto, sua nota 17.
19. Cf. Lieber (1980), Williams (1981), Selkirk (1982) de Sciullo & Williams (1987) sobre a noção de objeto morfológico e sobre a "right-hand head rule" da morfologia inglesa; cf. também Emonds (1987), (1989), para uma concepção diferente da relação entre sintaxe e morfologia, baseada na noção de "núcleo funcional".
20. Em um trabalho anterior (cf. Rouveret, 1987), eu tinha proposto que os enclíticos em português correspondiam a pronomes ordinários, cuja realidade "clítica" era apenas fonológica, realizados numa posição argumental na estrutura S. Esta hipótese, entretanto, depara com certos problemas que não examinarei aqui.
21. Eu me separo aqui de Kayne (1989), que põe que esta condição não é pertinente para o deslocamento dos clíticos.
22. Laka (1989) propôs independentemente uma condição idêntica a (28) - a **Tense Command Condition** - para dar conta das restrições distribucionais e interpretativas sobre a negação no basco e no inglês.
23. A noção de c-comando é definida como se segue:
 - (i) x c-comanda y se, e somente se, x não domina y e toda projeção z que domina x domina y.
24. É provável que (28) seja o reflexo sintático de uma propriedade lógica dos enunciados, impondo que o operador T inclua em seu escopo todas as expressões quantificadas contidas em Σ . A formulação precedente supõe crucialmente que a categoria T define uma projeção funcional autônoma.
25. Esta conclusão vale igualmente se não é analisado como um especificador A" de I

ou como um núcleo defectivo, não projetado ao nível X''.

26. Esta afirmação deve ser precisada. Os pronomes indefinidos do tipo de **alguém**, **algo** impõem a próclise quando são realizados em posição de sujeito. O mesmo para as expressões quantificadas que contêm os adjetivos **ambos**, **todos(s)**, **qualquer**. Em contrapartida, os adjetivos indefinidos **algum**, **outro**, **muito**, **pouco** são acompanhados de ênclise:

- (i) Alguns (estudantes) chamam-lhe mestre
- (ii) Uns fizeram-no de uma maneira, outros fizeram-no doutra
- (iii) Os outros pediram-nos que saíssemos cedo

A origem desta diferença parece que deve ser procurada, ao mesmo tempo, no estatuto sintático dos elementos implicados - **alguém** e **algo** são pronomes indefinidos, exaustivamente dominados por sua projeção máxima, enquanto **algum** tem, em todos os seus empregos, o estatuto de um determinante adjetivo - e em seu estatuto quantificacional - **alguém** é um quantificador inerente, cujo deslocamento em LF dá lugar a uma configuração com uma categoria vazia em posição sujeito, enquanto **algum** poderia não transmitir à categoria XP que o domina os traços **qu**, esta última funcionando, então, não como uma expressão quantificada, mas como uma expressão referencial (cf. Dobrovie-Sorin, 1988). No entanto, as expressões que contêm os adjetivos **ambos**, **todos** dão lugar à próclise. Um contraste paralelo em todos os pontos observa-se em galego, cf. Alvarez (1980).

27. Admito aqui que os adjuntos são gerados basicamente sob I'.

28. Até agora, (28) foi construído como uma condição operante na estrutura S. Ora, os dados discutidos até aqui não permitem decidir se se trata de uma condição pertinente na estrutura S e/ou a um nível posterior. Se a condição de c-comando é operante na LF, são as representações que resultam da operação de **Quantifier Raising** que devem ser levadas em conta. Das duas representações deriváveis a partir de uma estrutura contendo um QP sujeito, apenas aquela em que T foi deslocado para C, (ii), satisfaz (28):

- (i) [_{IP}QP_i[_{IP}[_{NPe}]_i[_V[_{IT}]]][_{VP}[_{Ve}...]]]
- (ii) [_{CP}[_{CT}]][_{IP}QP_i[_{IP}[_{NPe}]_i[_V[_{Te}]]][_{VP}[_{Ve}...]]]

A assimetria entre a posição de objeto e a posição de sujeito, em vista do fenómeno, pode igualmente ser acomodada na LF, contanto que se leve em conta a hipótese de May (1985) que põe que um QP realizado, na estrutura S, em uma posição interna a VP está adjunto a VP na LF. Se VP define um escopo de quantificação apropriado para uma expressão quantificada na LF, T em I c-comanda QP nas representações subjacentes aos exemplos (32):

- (iii) [_{IP}NP_j[_V[_{IT}]]][_{VP}QP_k[_{VP}[_{Ve}]_i[_{NPe}]_k]]]

Admitida a hipótese de May, (28) verifica-se igualmente na LF. Sabe-se, por outro lado, que o escopo de uma expressão quantificada não é sempre confinada à proposição que a contém minimamente. Nos exemplos de (iv), a interpretação com escopo "largo" está disponível:

- (iv) a. O João acreditou que alguém estivesse à porta
- b. A Ana espera entregar todos os livros à Maria esta tarde

c. O João acredita ter o professor recomendado ambos os livros à Maria. Se admitimos as hipóteses correntes, que se referem à LF, a expressão quantificada está adjunta ao domínio IP matriz nas representações correspondentes a esta interpretação. Se o domínio encaixado não contém QP, mas somente um vestígio de um QP, a condição (28) não se aplica e a posição de T não é afetada. Operando-se (28) na estrutura S ou na LF, a análise proposta prediz corretamente que nas estruturas infinitivas (v), os pronomes fracos são realizados como enclíticos, quer o escopo da quantificação seja largo ou estreito:

(v) a. A Ana espera entregar-lhe todos os livros esta tarde

b. O João acredita ter-lhe o professor recomendado ambos os livros.

Laka (1988) mostra, entretanto, que os fenômenos ligados à interpretação dos itens de polaridade negativa requerem que (28) seja formulado como um condição da estrutura S.

29. As expressões **qu in situ**, realizadas em uma posição subcategorizada ou adjunta, não têm nenhuma incidência sobre a posição dos pronomes fracos: eles são enclíticos, como nas frases raízes ordinárias. Aí está exatamente a situação esperada.

30. A hipótese de que a estrutura interna de CP pode variar de um sistema para outro foi avançada por vários pesquisadores, em particular a propósito do espanhol por Rivero (1980), Plann (1982) e Suñer (1986), para acomodar as estruturas nas quais a partícula completiva **que** precede uma expressão interrogativa. O português não autoriza seqüências parecidas. Em contraposição, é possível isolar estruturas nas quais duas categorias de nível zero precedem o sujeito, o **que** e um auxiliar. O exemplo (i), devido a Lorenzo Vitral, é bem formado no português do Brasil:

(i) José disse que tinha a Maria comprado dois livros

Estes dados poderiam indicar que uma categoria XP, complemento de C e cuja cabeça X rege IP, intervém entre C e IP.

31. Tratando da extração dos sujeitos **qu** no português europeu, Raposo (1988) avança a hipótese de que, nas LRSN, é AGR **que**, sendo forte, induz o estatuto de barreira pela minimalidade de IP. Segundo Uriagereka (1988), IP não é uma projeção defectiva em nenhum sistema.

32. Nas estruturas interrogativas em que o verbo flexionado está adjacente à expressão **qu** e precede o sujeito, é novamente a ordem C1 V que se observa:

(i) Que livro lhe deu a Maria ontem?

(ii) A quem a mandou o Pedro?

(iii) Onde o encontrou o Pedro?

Se, retomando a análise de Brito (1982) e de Ambar (1987), propomos que V está em C, estes enunciados indicam que, nesta posição, V conserva as propriedades de núcleo lexical, se bem que coexiste com T. Para acomodar esta característica, pode-se explorar o fato de que as categorias I e C não têm, em vista de T, o mesmo estatuto: enquanto I é especificado por T pelas regras de base ((14)), C não é marcado na estrutura D por nenhum traço específico e não é categorialmente restrito. Esta primeira assimetria implica uma segunda. O deslocamento de V para I é analisável como uma adjunção de V a T; o deslocamento para C é

uma substituição. Basear-me-ei nesta diferença e admitirei que, quando é realizada em C, a combinação V-T é identificável como uma unidade complexa, composta de dois termos entre os quais não existe nenhuma assimetria: V, nesta unidade, pode funcionar como núcleo lexical e tolerar um proclítico.

Um outro tratamento compatível com as hipóteses (20)-(23) é possível numa análise da proposição que deixa disponível duas posições de sujeito, uma interna a VP, adjunta ao VP mínimo, outra externa coincidindo com o especificador de IP (cf. entre outros Koopman & Sportiche, 1988): se T é realizado em C e V em I, V pode, então, funcionar como núcleo lexical ativo e tolerar um proclítico. Para ser mantida ou aprofundada, esta análise deve poder explicar por que o argumento sujeito só pode conservar sua posição original interna ao VP nas estruturas interrogativas e por que a estratégia utilizada neste caso para a legitimação casual deste argumento não está disponível nas frases declarativas (=quando T está em I). A ordem verbo-sujeito só se observa, com efeito, nas interrogativas em português europeu.

O exemplo (5c), repetido aqui em (iv), indica que nas estruturas de infinitivo flexionado, o auxiliar pode (marginalmente) tolerar um clítico. Este último é enclítico exatamente como quando nenhum alicamento do auxiliar intervém:

(iv) ?Lamento ter-lhe a Ana dado o livro

Interpretada nos termos de (20)-(23), a boa formação (relativa) de (iv) pode indicar duas coisas. Ou bem o auxiliar não ocupa a posição C, mas um lugar em que ele não pode funcionar como núcleo lexical (por exemplo, um lugar de adjunção a IP) e T permanece em I; ou o auxiliar e T coexistem em I (não ocorre nenhum alicamento). Esta segunda análise só está, evidentemente, disponível em uma abordagem que admite uma estrutura proposicional com dois sujeitos e encontra o mesmo problema que foi evocado anteriormente a propósito das interrogativas: qual estratégia de legitimação casual permite a manutenção do argumento sujeito numa posição interna a VP?

Para um conjunto de argumentos em favor da hipótese dos dois sujeitos no português do Brasil, só posso remeter ao artigo de Chambelland Galves (1989).

33. Uma vez posto que as línguas podem variar quanto ao lugar original da negação de frase e que, no inglês, a negação ocupa uma posição regida por I.
34. Esta hipótese é inevitável se levamos em conta as estruturas nas quais a categoria I é ocupada por um modal na estrutura D. No enunciado **John will be killed**, a construção de uma relação de concordância é a única estratégia que permite satisfazer (12). O mesmo para as estruturas contendo o auxiliar **do**.
35. Esta análise supõe que a condição (37) seja reformulada integrando uma referência à noção de cadeia T.
36. Se fosse, esperaríamos que (i) fosse gramatical:
(i) Who Peter met?
37. Apesar das aparências, o fato de que a próclise se observa nas proposições infinitivas do francês não mostra que T não é realizado em I nestes domínios. A presença de T em I abre, com efeito, duas possibilidades: ou bem, V vai para I e te-

mos, então, necessariamente ênclise; ou bem, V conserva sua posição original em I e funciona como núcleo lexical de pleno direito, tolerando um afixo proclítico. De fato, Emonds (1977) e Pollock (1987) estabelecem que, nas estruturas infinitivas do francês, V não vai para I. Daí a próclise.

38. Vários pesquisadores propuseram que o operador T deve aparecer em C, ao menos na LF (cf. por exemplo, Stowell, 1982). Segundo den Besten (1977), T é inserido nesta posição desde a estrutura D, ao menos nas línguas germânicas.
39. Nesta concepção, T liga uma variável interna ao domínio VP nas proposições raízes afirmativas.
40. Como observa Joe Emonds, esta assimetria poderia indicar que existe nas línguas uma variação na própria definição de “proposição raiz”: nas outras línguas românicas, CP é nóculo raiz; no português, IP tem também este estatuto.
41. Procurando isolar a característica implicada na boa formação das estruturas que contêm uma lacuna VP regida pelo modal **will**, Chomsky estabelece uma distinção nítida entre a marcação L e a regência própria que, nas estruturas consideradas, se reduz à regência TH:
- (i) a. Read that book, John will [_{VP}T]
 - b. Read that book, I wonder whether John will [_{VP}T]
 - (ii) *How tall be John will [_{VP}[_{VT}][_{APT}]]?
- A boa formação de (ib) indica que a categoria I ocupada por **will** TH-marca o complemento VP. A regência por antecedente não é uma opção disponível, já que a lacuna é separada do VP antecedente por uma fronteira de Ilha **wh**. A agramaticalidade de (ii) indica que a categoria I, se bem que ocupada por **will**, não é uma categoria lexical e não L-marca VP. Se I L-marcasse VP, VP perderia seu estatuto de barreira e seria de se esperar que o núcleo V pudesse ser deslocado diretamente para C sem transitar por I.

42. Eu devo esta observação a Charlotte Galves.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, R., 1980, **O pronome pessoal en galego**, tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela.
- AMBAR, Manuela, 1987, “Gouvernement et Inversion dans les interrogativas **Qu** em Português,” **Recherches Linguistiques** 16
- BAKER, Mark, 1988, **Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing**. Chicago, The University of Chicago Press.
- BELLETTI, Adriana, 1988, “Generalized Verb Movement. On some differences and similarities between Italian and French,” **GLOW Newsletter** 20, Tilburg University.

- BENNIS, Hans & Teun HOEKSTRA, 1988, "The Tense Connection," **GLOW Newsletter** 20, Tilburg University.
- Den BESTEN, Hans, 1977, "On the interaction of Root Transformations and Lexical Deletive Rules," in Werner ABRAHAM, ed., 1983, **On the Formal Syntax of the Westgermania**, Amsterdam, Benjamin.
- BRITO, Ana Maria, 1982, "Conditions on Verb Raising in Portuguese, artigo mimeografado, CLUP, Universidade de Porto.
- CHAMBELLAND GALVES, Charlotte, 1989, "L'objet nul et la structure de la proposition en portugais du Brésil," **Revue des Langues Romanes**, XCIII, 2, numero especial "Structure Interne de la Proposition dans les Langues Romanes".
- CHOMSKY, Noam, 1986, **Barriers**, Linguistic inquiry monograph 13, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- , 1989, "Some Notes on Economy of Derivation and Representation," in I. LAKA & A. MAHAJAN, **Mit Working Papers in Linguistics**, volume 10.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen, 1988, "Clitic Doubling, Wh-Movement and Quantification in Romanian," à paraître dans **Linguistic Inquiry**.
- DUARTE, Inês Silva, 1983, "Variação Paramétrica e Ordem dos Clíticos," **Revista da Faculdade de Letras**, Universidade Clássica de Lisboa, comemorativo do cinquentenário da RFL.
- DUARTE, Inês, 1987, **A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência Ligação e Condições sobre Movimento**, tese de doutorado, Universidade de Lisboa.
- , 1989, "La Topicalisation en Portugais Européen," **Revue des Langues Romanes**, XCIII, 2, numero especial "Structure Interne de la Proposition dans les Langues Romanes"
- EMONDS, Joseph, 1978, "The Verbal Complex V-V in French," **Linguistic Inquiry** 9, 151-175.
- , 1987, "The Invisible Category Principle," **Linguistic Inquiry** 18, 613-632.
- , 1989, "The Autonomy of the (Syntactic) Lexicon and Syntax: Insertion Conditions for Derivational and Inflexional Morphemes," a sair em C. GEORFOPOULOS & R. ISHIHARA, eds., **Interdisciplinary Approaches to Linguistics. Essays in Honour of S.-Y. Kuroda**, Kluwer Publishers.
- GUÉRON, Jacqueline & Teun HOEKSTRA, 1988, "T-chains and the constituent structure of auxiliaries," in Cardinaletti, A., G. Cinque & G. Giusti, eds., **Constituent Structure**, papers from the 1987 Glow Conference, Dordrecht, Foris, Proceedings of Glow 1987, Venise.
- KAYNE, Richard, 1980, "Vers une solution d'un problème grammatical: * je l'ai voulu lire, j'ai tout voulu lire", *Lingue française* 46.

- , 1989, "Null Subjects and Clitic Climbing", in O. JAEGGLI & K. SAFIR, eds., **The Null Subject Parameter**, Dordrecht, Reidel.
- KOOPMAN, Hilda & Dominique SPORTICHE, 1988, "Subjects," artigo não publicado, UCLA, Los Angeles.
- LAKA, Itziar, 1989, "Constraints on Sentence Negation," in I.LAKA & A. MAHAJAN, **Mit Working Papers in Linguistics**, volume 10.
- LIEBER, Rochelle, 1980, **On the Organization of the Lexicon**, tese de doutorado, M.I.T.
- MAY, Robert, 1985, **Logical Form: its Structure and Derivation**, Linguistic Inquiry monograph nº 12, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- MILNER, Jean-Claude, 1986, **Introduction a un Traitement du Passif**, Collection ERA 642, Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris-VII.
- PLANN, Susan, 1982, "Indirect Questions in Spanish," **Linguistic Inquiry** 13, 297-312.
- POLLOCK, Jean-Yves, 1987, "Verb Movement, UG and the Structure of IP," a sairem **Linguistic Inquiry**, 20.
- RAPOSO, Eduardo, "Romance Inversion, the Minimality Condition and the ECP," **Proceedings of NELS 18**.
- RIVERO, Maria-Luisa, 1980, "On Left-dislocation and Topicalizaion in Spanish," **Linguistic Inquiry** 11, 363-393.
- RIZZI, Luigi & Ian ROBERTS, 1988, "Complex Inversion in French," article non publié, Université de Genève.
- ROUVERET, Alain, 1987, **Syntaxe des Dépendances Lexicales. Identité et Identification dans la Théorie Syntaxique**, thèse de doctorat d'Etat, Université de Paris-VII.
- , 1988, "X-bar Theory, Minimality and Barrierhood in Welsh," à paraître dans R. HENDRICK, ed., **Celtic Syntax**, Academic Press. di SCIULLO, Anna Maria & Edwin WILLIAMS, 1987, **On teh Definition of Word** Linguistic Inquiry monograph 14, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- SELKIRK, Lisa, 1982, **The Syntax of Words**, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- SPORTICHE, Dominique, 1988, "Conditions on silent Categories," article miméographié, UCLA.
- STOWELL, Timothy, 1981, **Origins of Phrase Structure**, thèse de doctorat, département de linguistique, MIT.
- , 1982, "The Tense of Infinitives," **Linguistic Inquiry** 13, 3, 561-570.

SUÑER, Margarita, 1986, "On the Structure of the Spanish CP," article miméographié, Cornell University.

URIAGEREKA, Juan, 1988, "Different Strategies for Eliminating Barriers," **Proceedings of NELS 16**.

VERGNAUD, Jean-Roger, 1987, "An Integrated Theory of Constituent Structure," communication présentée au colloque de GLOW, Venise.

WILLIAMS, Edwin, 1981, "On the Notions 'Lexically Related' and 'Head of a Word' ", **Linguistic Inquiry** 12, 2, 245-274.